



PARECER DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE LINHARES

Processo nº 991/2025

Projeto de Lei Ordinária nº 10/2025

Autoria: Comissão Executiva

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DA PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER E DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE LINHARES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. VIABILIDADE JURÍDICA. CONSIDERAÇÕES.

I. RELATÓRIO

Cuida-se de parecer quanto à constitucionalidade, legalidade, juridicidade e técnica legislativa da proposição em epígrafe, de iniciativa da Comissão Executiva desta Casa de Leis, cujo conteúdo, em suma, dispõe sobre a criação e organização da Procuradoria Especial da Mulher e da Pessoa com Deficiência da Câmara Municipal de Linhares.

A matéria foi protocolizada em 29/01/2025, prosseguindo sua tramitação normal, tendo a Procuradoria da Casa exarado parecer favorável ao supracitado projeto de lei, nos termos do parecer técnico retro.

Ato contínuo, o presente projeto veio a esta Comissão (CCJ) para exame e parecer, na forma do art. 62, I, c/c art. 64, *caput*, todos do Regimento Interno da Câmara Municipal de Linhares, instituído pela Resolução nº 001/2018.

Eis, em síntese, o relatório.





Câmara Municipal de Linhares

Palácio Legislativo "Antenor Elias"

II. FUNDAMENTAÇÃO

De largada, cumpre assentar que o exame a ser realizado sobre o presente projeto cingir-se-á aos aspectos estritamente jurídicos, especialmente com suporte nas matrizes constitucionais e legais que norteiam o processo legiferante.

Verifica-se, inicialmente, a *constitucionalidade formal* do presente projeto de lei ordinária (PLO), no que diz respeito à legitimidade para deflagrar o procedimento em análise, consoante dispõe o art. 52, I, do Regimento Interno desta Casa. Ainda sob o aspecto formal, nada obsta sua tramitação, eis que utiliza a via correta para apreciação de seu objetivo, estando de acordo com o estabelecido nos art. 51, IV, e 52, XIII, da Constituição Federal, reproduzidos por simetria no art. 16, III, da Lei Orgânica Municipal.

Superadas tais premissas, passa-se ao cerne da questão jurídica em tela. Este consiste no exame da constitucionalidade e legalidade da criação de uma Procuradoria da Mulher e da Pessoa com Deficiência no âmbito desta Casa Legislativa.

Neste ponto, os aspectos referentes à forma tendem a se confundir com os aspectos materiais, uma vez que, em suma, a análise da legalidade do ato consubstancia-se na própria competência do legislativo municipal em dispor sobre sua organização e funcionamento.

À luz da Constituição, conforme visto, não há impedimento para a CML tratar da matéria aqui analisada, uma vez que ao Poder Legislativo é assegurada *autonomia funcional e organizacional*, consoante disposição do art. 48, §2º, da Constituição Capixaba e art. 51, inc. IV, da Constituição Federal.

Por esse mesmo motivo, a Lei Orgânica do Município de Linhares estabelece competir exclusivamente à Câmara Municipal dispor – dentre outras matérias - sobre sua organização e funcionamento, *in verbis*:

Art. 16. É de competência exclusiva da Câmara Municipal, dentre outras, as seguintes:



Autenticar documento em <https://linhares.nopapercloud.com.br/autenticidade>
com o identificador 370039003100320038003A00540052004100, Documento assinado digitalmente
conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.



Câmara Municipal de Linhares

Palácio Legislativo "Antenor Elias"

[...]

III - dispor sobre sua organização, funcionamento e da polícia interna;

Verifique-se que o teor da proposição em comento se encontra devidamente consubstanciada no artigo 16, inciso III, da Lei Orgânica Municipal, que faz referência à competência privativa da Câmara Municipal para dispor sobre sua organização, nestas inclusas competências como criação e extinção de cargos, órgãos etc.

Em relação ao conteúdo da proposta, não há qualquer inconformidade. Trata-se de matéria *interna corporis* do Poder Legislativo, isto é, referente à organização dos procedimentos desenvolvidos na Câmara, cabendo ao próprio Legislativo a sua definição.

Ainda sobre a materialidade, importante destacar trecho inserto na justificativa do presente projeto, no qual se lê que a "Procuradoria Especial da Mulher e da Pessoa com Deficiência representará as mulheres e as pessoas com deficiência de Linhares, recebendo e encaminhando aos órgãos competentes as denúncias e anseios da população".

Evidencia-se através do excerto que a Procuradoria Especial desempenhará um papel crucial na defesa dos direitos fundamentais e bem-estar das mulheres e pessoas com deficiência, o que se mostra alinhado aos princípios da Constituição Federal, que assegura igualdade de gênero e direitos básicos para as mulheres, como proteção contra violência doméstica e acesso a serviços de saúde e anuncia que a pessoa com deficiência será protegida de toda forma de negligência, discriminação, exploração, entre outros.

Sendo a igualdade de gênero e a proteção à Pessoa com Deficiência direitos constitucionalmente consagrados, é nitidamente elogiável a iniciativa legislativa em análise, que pretende colocar a Câmara de Linhares em evolução quanto às políticas de defesa desses direitos fundamentais.

Por fim, verifica-se que o ato prevê a utilização de dotação orçamentária própria, o que condiz com a autonomia desta Câmara Municipal para dispor sobre sua organização (art. 16, III, LOM). No mesmo sentido, em conjunto ao texto da proposta, foram apresentadas planilhas de impacto





Câmara Municipal de Linhares

Palácio Legislativo "Antenor Elias"

orçamentário sobre dotação dos exercícios 2025 a 2027, o que evidencia o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/00).

Por conseguinte, não reside no presente projeto de lei nenhum vício formal ou material, estando o conteúdo do ato em sintonia com o bloco de constitucionalidade e demais parâmetros legais

III – CONCLUSÃO

Diante do exposto, respeitada a natureza opinativa e não vinculante do parecer jurídico, e assegurada a soberania do Plenário, a Comissão de Constituição, Justiça e Redação da Câmara Municipal de Linhares/ES, entende pela VIABILIDADE do **Projeto de Lei Ordinária nº 10/2025**, de autoria da Comissão Executiva da CML.

Linhares/ES, 30 de janeiro de 2025.

CAIO FERRAZ
Presidente

ADRIEL PAJÉ
Relator

SARGENTO ROMANHA
Membro



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://linhares.nopapercloud.com.br/autenticidade> utilizando o identificador 370039003100320038003A00540052004100

Assinado eletronicamente por **CARLOS ROBERTO ROMANHA** em 30/01/2025 17:56

Checksum: **3373988A846C0426739822BB5C15E3C76A450D67891D343D49EA69FBB1E17EA6**

